



Universitários participantes das expedições do Projeto Rondon realizam atividades de educação para a saúde junto a crianças de municípios do interior do Norte e do Nordeste

# Assistencialismo de emergência

## Interiorização

*Iniciativas como o Projeto Rondon e o Programa Mais Médicos são alternativas para suprir as carências de saúde e infraestrutura do Norte e do Nordeste do país*

Regiões ainda socialmente excluídas em termos de direitos básicos, como saneamento e acesso à saúde, não mudaram muito desde o final dos anos 1960, quando foi lançado o Projeto Rondon. Apesar dos programas de distribuição de renda terem modificado o quadro da fome, crianças e adultos morrem todos os anos por conta de doenças tropicais nas comunidades ribeirinhas. Por outro lado, médicos, em geral, não têm interesse de trabalhar em ambientes de estrutura precária ou em locais mais distantes. Na metade deste ano, o governo federal lançou o Mais Médicos, programa que chamou a atenção da sociedade para as chagas no atendimento à saúde. Enquanto no Amazonas foram solicitadas 438 vagas, somente 73 inscrições de profissionais brasileiros foram homologadas com destino a 12 municípios. A maioria preferiu se estabelecer na capital, para onde trinta profissionais foram destinados.

Num quadro geral de falta relativa de médicos, somente no estado amazonense mais de 89 mil casos de malária foram registrados, com a ocorrência de pelo menos 19

óbitos em 2012. Já a leishmaniose, doença parasitária que tem na precariedade das condições de higiene a principal forma de propagação, atingiu mais de 2,2 mil pessoas, conforme dados da Vigilância em Saúde, órgão ligado à secretaria da saúde.

Não é por acaso que o Projeto Rondon, retomado em 2005, procura realizar preferencialmente expedições ao Norte e Nordeste do país. Sob o guarda-chuva das atribuições do Ministério da Defesa e com um espectro de atuação mais voltado à capacitação do que ao assistencialismo, as ações tentam amenizar as carências múltiplas das regiões mais vulneráveis do Brasil. Os responsáveis pelas viagens relatam que o foco do programa pouco tem do lema *Integrar para não entregar*, adotado na época dos generais no poder. Porém, nem todos concordam e relatam que a população precisa de atendimento médico e odontológico em diversos locais, em especial naqueles de difícil acesso, nos quais a chegada de estudantes ainda é a única oportunidade para extrair um dente.

# Fragilidade na ação em

Enquanto a mortalidade infantil chega a 22 casos em cada mil nascidos e pode ser duas vezes maior entre a população indígena, segundo levantamento da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), os amazonenses têm uma expectativa de vida abreviada por conta de doenças infecciosas e tropicais. Em outros estados das regiões Norte e Nordeste, a situação é semelhante. Conforme dados da Vigilância em Saúde do Amazonas, foram registrados mais de 144 mil pessoas com diarreia aguda no primeiro semestre de 2012. Os números são ainda mais alarmantes se for considerado que 40% das ocorrências acometeram crianças de até cinco anos. Essa é uma das principais causas de óbito infantil nos países em desenvolvimento.

O clima é apenas o vetor que facilita a circulação das enfermidades. A dificuldade de acesso ao atendimento – comunidades ribeirinhas estão a horas de viagem de barco ou avião das cidades estruturadas –, as más condições de higiene e a falta de saneamento básico, além da concentração de médicos nas capitais, favorecem esse triste quadro.

O Sindicato dos Médicos do Estado do Amazonas diz que não faltam profissionais, mas estímulo para atender nos municípios do interior. Justificativa semelhante a das entidades representativas da classe em outras regiões, o problema é encarado como muito mais profundo. Segundo Marilene Maia, os profissionais de medicina evitam o atendimento nas cidades mais distantes por ficarem à mercê dos prefeitos e sem chance de realizar cursos de atualização. “Se houvesse uma boa estrutura nos postos, os médicos até poderiam ir, mesmo porque a vida é mais tranquila. Mas os contratados dependem de os gestores manterem o pagamento e ainda precisam fazer tudo em um posto que, minimamente, deveria ter um clínico geral, um pediatra e

um ginecologista”, sustenta a coordenadora de comunicação da entidade.

Marilene garante que o Programa Mais Médicos não é exatamente uma novidade, acrescentando que o Amazonas é um atracadouro para profissionais formados em países da América Latina. Entre os problemas, está o pouco conhecimento sobre as doenças que atingem as populações ribeirinhas e a falta de fluência do idioma. “Peruanos, bolivianos e colombianos vêm em grande quantidade e, geralmente, entram diretamente nos municípios interioranos. Eles ficam um tempo, e os que estão interessados em ir para a capital fazem o Revalida e se deslocam para Manaus. Agora, quando acontece algum problema com um paciente, vão embora e ninguém se responsabiliza”, lamenta.

## Médicos evitam atuar nas cidades mais distantes por ficarem à mercê dos prefeitos

Cerca de 140 médicos inscritos na primeira etapa do programa federal começaram a trabalhar no estado que tem mais de 3,8 milhões de habitantes. Entre estes, pouco mais de 50

são cubanos. O programa visa não somente aos profissionais como aos municípios. O Mais Médicos privilegia as cidades de difícil acesso ou com dificuldade na contratação. O Ministério da Saúde ainda colocou entre os pré-requisitos para a inscrição dos municípios no programa ter 20% ou mais da população em situação de vulnerabilidade social ou estar situado em áreas de Distrito Sanitário Especial Indígena. No Amazonas, cinco unidades de saúde que atendem a uma população superior a cem mil índios receberam dez médicos.

**Entrega à causa comunitária** – Alguns profissionais acreditam que o exercício da medicina pode contribuir para mudar em parte a realidade de um local. Foi almejando essa transformação que o espanhol Abraham Alba, aos 27 anos, escolheu o Brasil quando soube do edital para a contratação de médicos brasileiros e estrangeiros para atuarem em regiões mais vulneráveis socialmente. Segundo o recém-formado, a bolsa de R\$10 mil não foi determinante para morar numa cidade de clima equatorial.

Abraham começou a trabalhar em uma unidade básica de saúde na periferia de Manaus, onde os mais diversos problemas acometem a comunidade. A escolha é um reflexo de experiências anteriores em estágios na Bolívia e no Nepal. “Minhas perspectivas são de atuar em um sistema de saúde pública de qualidade e ajudar as pessoas que não têm acesso ao atendimento. Há gente que nunca viu um médico e agora tem direito à saúde graças ao programa. O meu objetivo é cumprir e valorizar essa oportunidade. Além disso, quero aprender trabalhando no meio social”, destaca em um português arranhado.

O espanhol diz que elegeu a capital para garantir o amparo de hospitais próximos em casos de emergência, porém, não descarta

trabalhar em localidades mais distantes. “No futuro, quero atuar com os indígenas e conhecer a cultura desses povos tão perseguidos. Eles precisam de pessoas que defendam seus direitos básicos.” Por outro lado, mesmo reforçando a pretensão de ficar pelo menos três anos no Amazonas – tempo de contratação pelo Mais Médicos –, Abraham acredita que vai acumular experiência para atender em qualquer parte do planeta e já vislumbra outras comunidades desassistidas. “O modelo brasileiro de saúde pública poderia ser aplicado em outros países. Por isso o trabalho aqui será muito importante pessoal e profissionalmente. Um dia talvez eu vá para a África, onde a população também precisa de atenção”, afirma.

**Rondon no contexto da saúde** – Após um intervalo de 16 anos e com menor expressão em relação ao programa que se estabeleceu nas décadas de 70 e 80, o Projeto Rondon resurgiu com o objetivo de se afastar do assistencialismo. A proposta é levar o conhecimento a regiões socialmente excluídas. Segundo o Ministério da Defesa, que, com o apoio da União Nacional dos Estudantes, inaugurou a segunda etapa do programa, as expedições são executadas nos municípios de acordo com as necessidades de formação de pessoal nas escolas, nos postos de saúde, nas prefeituras ou nos centros de assistência social.

“As ações desenvolvidas durante as viagens aos municípios selecionados não são de concerto, mas sim de capacitação de pessoas que possam trabalhar no dia a dia depois que as equipes tiverem partido. A ideia é levar conhecimento a lugares aos quais o acesso é mais restrito ou as pessoas têm dificuldade de compreender e executar. Posso citar as políticas em educação como exemplo. Os gestores precisam de treinamento para solicitar recursos de programas federais para a merenda escolar

## Uma realidade a transformar

Já faz sete anos que a farmacêutica Cristiane Keller participou da experiência que modificou a forma como ela percebe a vida. Integrante do único grupo da UFRGS contemplado pelo Ministério da Defesa para fazer parte do Projeto Rondon a partir de 2005, a equipe formada por alunos da Universidade seguiu para Tefé, no Amazonas. A hoje profissional diz que a vivência foi breve, mas tão marcante quanto uma tatuagem. Naquele ano, seis equipes diferentes foram para o município banhado pelo Rio Solimões e navegaram pelas comunidades ribeirinhas a fim de fazer um diagnóstico para que as demais expedições aplicassem projetos de capacitação.

O ambiente que encontraram foi muito pior do que os estudantes e professores poderiam imaginar. “Fizemos um amplo levantamento prévio sobre a situação de Tefé e arredores. Mas o que vimos era o caos, algo que beirava a sobrevivência entre aquelas pessoas”, recorda Cristiane. A cidade fica a mais de 500 quilômetros de Manaus e, na época, estava sem o prefeito, que era acusado de malversação das verbas públicas. Nas ruas principais, o

lixo que se acumulava em função da paralisação de serviços básicos era o reflexo do abandono. Mesmo que a situação no âmbito da prefeitura tenha se estabilizado posteriormente, as mazelas da população persistem: ainda faltam medicamentos e médicos nos postos, e o saneamento básico é praticamente inexistente.

A pobreza atinge mais de 60% da população de Tefé, conforme o Mapa da Pobreza e Desigualdade elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A desigualdade social é ampliada pela falta de investimentos e de transporte para a região. Localizada no Médio Solimões, a área é exemplo de isolamento geográfico, já que a logística se dá apenas pelas vias fluvial ou aérea. A farmacêutica lembra que se chocou com a maneira como as pessoas tentam curar surtos de malária ou diarreia. “Eles se viram com chás naturais. Acho que acreditam por não ter acesso a medicamentos. Visitamos comunidades ribeirinhas nas quais, para ir buscar assistência, é necessário fazer uma viagem de dias e, muitas vezes, ao chegar, não encontrar médico ou remédio no posto de saúde.”

Já as entrevistas realizadas com a população demonstraram fraudes no programa Bolsa-família. De acordo com a socióloga do Programa de Pós-graduação em Administração da UFRGS Rosinha Carrion, que coordenou a expedição, os agentes que faziam a mediação da entrega do auxílio conheciam a senha dos beneficiários. “Entregamos as denúncias, mas o Ministério da Defesa não fez nada a respeito. Não nos deu retorno, o que resultou em frustração porque fizemos uma análise da região que não foi utilizada. Talvez esse seja o motivo para não termos nos candidatado para outras edições”, critica.

Ela conta que, em relação às fraudes na concessão do Bolsa-família, entrou em contato com a coordenação do programa federal, que modificou o processo de concessão do benefício. “Distantes daquela realidade, até podíamos criticar a política de repasse de renda. Porém, ao chegar naqueles lugares é impossível dizer que as pessoas não precisavam do benefício”, assegura.

A educadora ressalta que faltam políticas públicas elementares nas áreas da saúde e da logística. Os ribeirinhos do Rio Solimões precisam trafegar em embarcações ilegais

durante as viagens porque o planejamento de medidas para deixar banheiros. chega às condições de vida. Apesar da vivência, a morar lá. V é impresso escassos. E outro tempo assistências paliativas, comunidade professora: aqui, não e aspectos, a

# e n saúde

FOTOS: ANTONIO FALETTA/AGERNO FESSAL



ou para o transporte das crianças”, destaca um dos coordenadores do programa junto ao Ministério da Defesa, o coronel José Paulo da Cunha Victório.

Enquanto o antigo projeto inspirado no pioneiro marechal Rondon primava por mobilizar estudantes de Medicina e Engenharia – seja para realizar atendimentos ou construir açudes –, o atual é bem mais modesto.

## A segunda etapa do Projeto Rondon tem foco nas ações de capacitação

O programa administrado pelos militares estava ambientado em um contexto de desbravamento e de falta de acesso às regiões Norte e Nordeste do país. As comunicações eram realizadas somente via rádio. Nas décadas de 70 e 80, equipes se revezavam mensalmente nas sedes, muitas vezes fazendo incursões pelos rios em direção às comunidades embebidas na floresta. Atualmente, o foco está em selecionar grupos de universitários para executar propostas de trabalho e realizar um diagnóstico dos problemas da região. Porém, paulatinamente, os atendimentos médicos estão sendo retomados.

**Descompasso** – Com a experiência de prático em farmácias no interior de São Paulo numa época em que os farmacêuticos atuavam como médicos, realizando, inclusive, pequenas cirurgias, o rondonista mais antigo em atividade afirma que o atendimento em saúde continua a ter lacunas imensas na região amazônica. Participante desde que passou a lecionar no final dos anos 60, o professor Celso Volpe acompanhou a antiga versão do Projeto Rondon, que tinha por objetivo a integração do território nacional.

Expedicionário veterano, o educador discorda da afirmação de que o projeto tenha abandonado o caráter assistencialista. Atual coordenador das expedições que saem da Universidade Santa Cecília, de Santos, ele acredita que a assistência atinge alguns lugares somente com a chegada dos estudantes. “Uma aluna arrancou mais de 90 dentes na última viagem. Só uma menina de 13 anos teve seis extraídos. Por isso, essa política de formação de multiplicadores se restringe ao âmbito da teoria. As comunidades com as quais vamos trabalhar são muito pobres, não há líderes que possam multiplicar os conhecimentos. É utópico pensar que daquele ponto em diante tudo vai mudar”, conclui o professor.

Apesar disso, o rondonista não faz terra arrasada. Em mais de quarenta anos de expedições pela região amazônica e também pelo Nordeste, reconhece que houve avanço em alguns pontos. Mesmo que a assistência seja um aspecto basilar que precisa ser mantido, Celso acredita que muitas das oficinas de capacitação foram assimiladas e aplicadas nas comunidades. “Em uma visita a município do interior do Amazonas, levamos uma especialista em aleitamento materno. Os resultados foram muito positivos. Também conseguimos orientar prefeitos na montagem de computadores, por exemplo. Em diversos locais, o governo federal mandou os equipamentos, mas ninguém sabia montar os laboratórios”, recorda.

madrugadas para levar a produção extrativista, poder público não concede as licenças de... Rosinha observa que não há preparo ao se tratar de saneamento. “As pessoas não têm orientação de utilizar os fundos das residências como... Quando ocorre uma enxurrada, a contaminação... Nesse sentido, o Projeto Rondon tem um... ante na formação básica”, sustenta. dos choques culturais, segundo a pesquisadora, é arrebatadora. “Dá vontade de largar tudo e ir... você percebe uma vida absolutamente simples,... onante ver como eles vivem com recursos tão... É algo que não existe no mundo contemporâneo;... o se vive lá. Já para as comunidades, a... é fundamental. Mesmo que sejam ações... é melhor do que simplesmente deixar as... les abandonadas.” Cristiane reforça a opinião da... “Por mais que tenhamos problemas com a saúde... existe comparação com o que vi por lá. Em todos os... a situação no Amazonas é muito pior”.

**As fotos ao lado são registros do início da década de 1970, em Rondônia, onde na época havia um câmpus avançado da UFRGS, dentro do Projeto Rondon. Os participantes eram acadêmicos de diversas áreas, especialmente da saúde, e prestavam serviços às comunidades da região**

# Experiências inesquecíveis

Participante das ações que tinham como base o antigo Câmpus Avançado da UFRGS em Porto Velho, Beto Bertagna (à esquerda na foto ao lado) transformou a viagem de extensão universitária em trabalho e vida nova. O ex-estudante de Educação Física encontrou um ambiente que ainda precisava ser construído, o que atraiu muitos “desbravadores”. Com uma das mais diversificadas populações do país, gaúchos, paranaenses, goianos e paulistanos se destacam na formação da jovem unidade da federação.

Durante a expedição do Projeto Rondon em 1977, o grupo de estudantes ao qual Beto se agregou seguiu para o município de Ji-Paraná, coincidentemente marcado pela construção da primeira estação telegráfica pelo marechal Rondon. Equipes iam ao local para manter um trabalho continuado. “As pessoas estavam acostumadas com a presença dos estudantes e contavam com as oficinas. Me dediquei ao vôlei para a criançada; era muito bacana”, conta. O trabalho com as comunidades foi decisivo para contatar os gestores do antigo território.

Em Porto Velho, ele constituiu família, e mais de trinta anos se passaram desde o primeiro encontro com um ambiente completamente diferente da realidade que vivia em Porto Alegre. “Acho que ajudamos a construir um pouquinho do estado. As lembranças são as melhores possíveis, e hoje vejo a capital como uma cidade cosmopolita, com migrantes de toda parte do país. Fui muito bem acolhido durante todos esses anos.” Atualmente em São Paulo para realizar um trabalho temporário, ainda está em dúvida sobre se volta para o local em que construiu sua história a partir de uma expedição.

**Um esquerdista entre os militares** – O cartunista Santiago tem doces e amargas lembranças de sua participação no Projeto Rondon quando era estudante de Arquitetura da UFRGS na década de 1970. Logo que desceu do avião da FAB em Porto Velho, soube do misterioso Santo Daime. “Um amigo disse que eu não poderia deixar de conhecer um chá muito louco e indicou quem procurar para encontrar o templo da União do Vegetal.” Na época, o chá de mariri, assim denominado em comunidades amazônicas, ainda era desconhecido no restante do país.

A ayahuasca consiste basicamente em uma infusão do cipó mariri e das folhas da chacrona. O objetivo é transcendência ou, nas palavras de Aldous Huxley, abrir as portas da percepção. A União do Vegetal utiliza o chá como componente místico que, segundo seus mestres, permite “conversar com as divindades”. Já Santiago lembra que a experiência foi alucinógena e resultou em uma terrível dor de cabeça no dia seguinte. “O mais perceptível foi uma ilusão visual, enxerguei o tracejado dos quadros de Van Gogh.”

Para além da descoberta da bebida ritualística, a experiência num interior inexplorado do Brasil foi reveladora para o cartunista. Rondônia ainda era um território e tudo necessitava ser feito. Santiago recorda a relevância do trabalho dos estudantes da área da saúde. “Era algo como o Mais Médicos.

As pessoas das comunidades não tinham atendimento, e era uma felicidade quando chegavam os estudantes para realizar consultas e aplicar medicamentos básicos”, sublinha.

Como estudante de Arquitetura, teve a chance de ajudar a elaborar e finalizar projetos para escolas e prédios públicos. Considerado um esquerdista em razão da crítica que costuma colocar sobre o papel, Santiago diz que não vê problema em ter participado de um programa comandado pelos militares durante a vigência da ditadura. Mas recorda que os colegas de extrema esquerda passavam longe do Projeto Rondon.

**Vocação para o voluntariado** – Gabriel Câmara pode ser considerado um jovem engajado. Estudante de Direito na Universidade Federal de Santa Maria, desde a adolescência acredita na ação voluntária. Aos 14 anos, participava do projeto Vida Urgente, na tentativa de conscientizar motoristas de que álcool e direção precisam de uma distância segura. Já o trabalho como pesquisador do IBGE permitiu-lhe experimentar as mais diversas formas de aprendizado ao conversar com a população. Na faculdade, integra o projeto de extensão Núcleo Experimental de Webcidadania, uma ferramenta por meio da qual a população relata os problemas da cidade e os alunos buscam contato com autoridades para tentar solucioná-los.

Quando soube que o Projeto Rondon tinha sido retomado, passou a “lutar” por uma vaga. Gabriel precisou esperar, já que um dos requisitos é ter completado o quinto semestre da graduação. “Quando entrei na universidade, uma turma havia retornado da primeira missão da história da UFSM. A partir disso, tive certeza de que participaria, uma certeza que até hoje não senti nem em relação a outros objetivos de vida, como ser advogado ou *concurseiro*. Sabia que seria rondonista”, relata. Esse momento finalmente chegou no sétimo semestre do curso. A UFSM foi uma das instituições de ensino superior contempladas a participar da operação Velho Monge, que vai atuar em vinte municípios do Piauí e Maranhão. O grupo dele vai para Palmeirais (PI).

Consciente das dificuldades pelas quais vai passar com alunos de outras universidades, como as relacionadas ao clima equatorial, Gabriel acredita que o valor da experiência será imensurável. “Veremos situações em que não vamos ter meios para interferir, mas acredito que é isso o que nos move. Mesmo que minimamente, mudar a vida de algumas pessoas ao incentivá-las a estudar e a cuidar da saúde será o nosso foco. Seremos incansáveis para retribuir em igual moeda todo o conhecimento de vida e coragem que eles nos darão.”

O futuro advogado ainda dá um puxão de orelhas em colegas que se distanciam da função primordial das ciências jurídicas. “Acho essencial participar de projetos como o Rondon, pois, infelizmente, o Direito ainda é um curso que se veste muito de aparências. Formalidade nas palavras e nas roupas, afasta-se da realidade social. O Rondon é uma ferramenta para fazer com que valorizemos mais o ser humano, para quem o nosso curso foi pensado”, conclui.



FOTOS: BETO BERTAGNA/ACERVO PESSOAL

## Como participar

O Rondon promove duas expedições por semestre após um planejamento que inclui a escolha das regiões. A seleção realizada pelo Ministério da Defesa tem critérios semelhantes aos do Ministério da Saúde em relação ao programa Mais Médicos. A atuação acontece naqueles municípios que apresentam baixo índice de desenvolvimento humano (IDH) e problemas de logística. Os editais das viagens são lançados e divulgados entre as instituições de ensino superior.

Cabe aos professores o incentivo à participação dos alunos e a formulação de um projeto. Quando anunciadas as propostas contempladas, é realizada uma viagem prévia de ajustamento dos planos de trabalho. “O grupo que for a Imperatriz, no Maranhão, não terá dúvidas de que as atividades deverão estar focadas em saneamento e saúde. Ao chegar lá, os rondonistas perceberão um problema sério relacionado aos acidentes com moto”, instiga o coordenador, José Paulo Victório, “por que então não agregar uma oficina de conscientização para o uso de capacetes?”. As expedições acontecem sempre nos estados do Norte e Nordeste durante as férias escolares em um período de duas semanas. Os universitários ficam alojados em bases do Exército ou da Marinha e seguem em viagens diárias de carro ou embarcação.

Paralelamente à ação ligada ao governo, existe a Associação Nacional dos Rondonistas, fundada em 2004. A entidade registrou o nome Projeto Rondon, mas permitiu que o Ministério da Defesa também utilizasse a denominação. As ações ocorrem em diversos estados e têm por objetivo a integração entre o meio acadêmico e as comunidades de baixa renda. Também existem associações regionais, mas a do Rio Grande do Sul está desativada.



As fotos desta página são do acervo pessoal do ex-estudante de Educação Física Beto Bertagna, que participou das ações no Câmpus Avançado da UFRGS no Projeto Rondon em 1977 e acabou se fixando em Porto Velho